

A PEDAGOGIA TRADICIONAL PROPOSTA PELO *RATIO STUDIORUM*

Valéria de Araújo Lima; Luana Micaelhy da Silva Moraes; Alydiane Martins de Araújo;
Senyra Martins Cavalcanti

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – valeriaaraujo1941@gmail.com

Introdução

A proposta do desenvolvido trabalho, partiu de uma produção escrita feita para o Componente Curricular Currículo presente no desenho curricular do Curso de Pedagogia, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). O ponto de partida para construção desse artigo, foi o componente citado acima, no qual a professora Senyra Martins Cavalcanti propôs a elaboração de um texto que abrangesse as regras contidas no *Ratio Studiorum*, levando em consideração os aspectos particulares da Educação Jesuíta e objetivando explicitá-las para melhor compreensão, ao mesmo tempo, compará-las aos elementos presentes no sistema educacional vigente a fim de tornar perceptível a influência jesuíta na história da educação brasileira.

Metodologia

A metodologia utilizada nessa pesquisa insere-se no quadro da abordagem qualitativa configurando-se, portanto, um processo que possibilita atingir melhor compressão sobre o objeto de estudo em questão, a partir de referencial teórico específico da temática, análise de fonte primária e estabelecimento de quadro comparativo. O escrito em questão, configura-se em um texto extenso, no qual elencou-se temas intrínsecos ao *Ratio Studiorum*, como: processo de admissão, hierarquia, relação de professores, currículo, normatização das condutas.

Resultados e Discussão

O *Ratio* possui 467 regras e normas e além dessas, apresenta os níveis de ensino: humanidades, filosofia e teologia. De acordo com Saviani (2007), este documento originou-se do *modus parisienses* considerado o melhor modelo educacional da França e foi promulgado em janeiro de 1599. A finalidade da educação jesuíta era abranger todos os aspectos da vida humana (individuais e sociais, intelectuais e religiosos). Conforme Pe. Leonel Franca S.J. (1952), a educação dos jesuítas era integral e tinha como objetivo tanto o desenvolvimento das aptidões mentais, quanto as físicas, formando o homem por

completo. Essa educação tinha como base a formação religiosa, sendo esta a “alma” dos colégios Jesuítas. Não poderia haver educação sem que esta estivesse ligada diretamente com a religião. Nesta perspectiva, o homem estaria completamente realizado.

Dificilmente se encontrará na história de uma sistematização geral do ensino que repouse, no espaço e no tempo, sobre a base de uma experiência tão largamente humana. O êxito desta primeira prova continuado ainda, sem interrupção, por quase dois séculos de aplicação sincera dos mesmos princípios, é-nos ainda penhor de que realmente nós achamos em face de um sistema de educação que soube enfeixar, nas suas grandes linhas, os elementos essenciais de formação do homem (FRANCA, 1952, p. 36).

Analisando essa citação de Franca, compreende-se que o *Ratio* foi o marco fundamental do que se intitula o Modelo Tradicional da Educação. Saviani (2007), afirma que as ideias contidas no *Ratio*, são fiéis à Pedagogia Tradicional que compreende o homem como ser universal e a educação como instrumento para moldá-lo.

A partir da análise do *Ratio*, percebe-se que a admissão dos alunos era realizada de maneira sistematizada e coerente. Não deveria excluir ninguém, porém, o aluno deveria estar acompanhado dos pais ou responsáveis para que a instituição conhecesse melhor a índole dos alunos que tinham interesse em serem admitidos nas escolas jesuítas. Os exames de admissão, eram realizados por meio de uma série de perguntas que podem ser comparadas a uma entrevista de emprego da atualidade. Era um processo de avaliação dos conhecimentos que os alunos já possuíam sobre regras e latim. Para serem admitidos, os candidatos deveriam estar/ser bem instruídos e teriam que ter “bons costumes e boa índole” (HISTEDBR..., s.d., p.26). Após esse processo, eram então apresentadas as regras de comportamento, a classe da qual fariam parte e o professor. A regra número 12, contida na seção ‘Regras do Prefeito de Estudos Inferiores’, no *Ratio*, informa que não dever-se-ia admitir “rapazes já crescidos nem crianças muito novas, a menos que sejam notavelmente bem-dotados mesmo se os pais os houvessem enviado só para terem uma boa educação” (s.d., p.27).

A formação dos estudantes contida no *Ratio*, demonstra uma rigorosidade na educação dos alunos que deveria acontecer tanto na classe, quanto em casa. A regra de número 20 da seção de ‘Regras do Professor de Retórica’, diz que: “[os alunos] deverão ter em casa, três ou quatro vezes por semana, por espaço de uma hora, no tempo que ao Reitor melhor parecer, repetições na presença do Professor ou de outro pelo Reitor designado” (s.d., p.41). Nesses acompanhamentos, seriam feitas repetições das lições e correções dos exercícios e caberia aos alunos aperfeiçoar sua oratória em todos os ambientes da escola e seus escritos publicados em locais públicos depois da aprovação do professor.

Quanto a normatização da conduta dos professores de uma maneira geral, segundo o *Ratio*, observa-se que o professor teria como finalidade “mover os seus ouvintes ao serviço e ao amor de Deus e ao exercício das virtudes que lhe são agradáveis, e alcançar que para este objetivo orientem todos os seus estudos” (Regra 1, seção ‘Regras Comuns a todos os Professores das Faculdades Superiores’, s.d., p.13), evidenciando mais uma vez a doutrina cristã ligada diretamente com o ensino. O professor teria que fazer uma oração antes da aula, ajudar seus alunos nas orações e com as exortações. A obediência ao prefeito de estudos seria crucial na atuação do professor em sala de aula. O prefeito de estudos atuaria de maneira semelhante ao coordenador das escolas que temos nos dias atuais. Este seria responsável por analisar todo o conteúdo dessas aulas antes destes serem passados para os estudantes.

O cuidado com os assuntos que de alguma maneira entram em contradição com a fé católica, era primordial. Portanto, facilitaria o trabalho do professor, se ele permanecesse seguindo os assuntos tradicionais, sem novidades. Os professores deveriam ser breves nas refutações e nas demonstrações. Também deveriam ser breves e fieis nas citações. Tinham que remeter os estudantes aos livros e, optar por explicar invés de ditar sempre que fosse possível. Era dever do professor, atender as necessidades escolares do aluno, no final das aulas e fora do horário de aula, para que todos os conhecimentos fossem apropriados da devida maneira. Por fim, ao posicionar-se em relação a determinado assunto, o professor deveria fazer de forma modéstia, que não atingisse a opiniões contrárias e, na medida do possível, tentar conciliar os autores para que não houvesse divergências. As ‘repetições gerais’, aconteceriam no final do ano e seria reservado um mês para elas.

Quanto a hierarquia educacional, temos o Reitor que é a figura central do Colégio, o Prefeito de Estudos, Prefeito principal e depois o Prefeito dos Estudos Inferiores. Caso fosse necessário, nomeava-se um prefeito de disciplina, incumbido de auxiliar o prefeito de estudos e em seguida, aparecem os professores em geral. E quanto a hierarquia dos professores, temos: os professores das faculdades superiores, distribuídos em: professores de escritura, de hebreu, teologia e de teologia moral; os professores da faculdade de filosofia: professor de filosofia, de filosofia moral e de matemática; e os professores das classes inferiores: professor de retórica, de humanidades, de gramática superior, gramática média e de gramática inferior.

Em relação a seleção de professores, o *Ratio* evidencia que deveria haver uma observação daqueles que parecem “mais competentes, os mais eruditos, aplicados e assíduos” (Regra 4, seção ‘Regras do Provincial’, s.d., p.01) que se preocupavam com o

desenvolvimento da aprendizagem dos seus alunos. Era privilegiada a formação dos professores em academias privadas.

Os currículos teológicos, filosóficos, e humanistas são estruturados da seguinte forma: o currículo teológico que durava quatro anos é sugerido os estudos de teologia escolástica, teologia moral, sagrada escritura e hebreu. O currículo filosófico que durava três anos recomendava-se o estudo da lógica, cosmologia, psicologia, física matemática, metafísica e filosofia moral. E o currículo humanista que durava entre seis e sete anos, seriam feitos os estudos da retórica, das humanidades e da gramática do grego e do latim.

Os alunos tinham que manter a disciplina pessoal e seguir algumas regras determinadas. O *Ratio* (s.d.) nos mostra que deveria haver uma postura de retidão quanto a doutrina cristã predominante em todo processo educacional; respeito aos professores e os superiores; atenção a todas as aulas e realização de perguntas sobre o conteúdo para melhor clareza de ideias; utilização do latim de forma coerente, aprendendo o que for ensinado pelo professor; intervalo a cada duas horas de estudos para melhor rendimento e estudar todo o conteúdo de maneira privada, para que todas as dúvidas fiquem esclarecidas.

Os métodos de ensino eram baseados na meritocracia: os alunos ganhavam prêmios pelo seu desempenho na academia. Haveria, portanto, uma disputa sistematizada e elaborada detalhadamente para os alunos competirem entre si de maneira disciplinada. Também se utilizava na metodologia a preleção que corresponde a uma leitura prévia, em que se lia e comentava um texto escolhido; a repetição dos conteúdos ensinados em sala de aula e avaliações.

Em relação ao ensino, o *Ratio* explicita que os conteúdos deveriam ter uma conexão direta com a doutrina cristã, e os autores que se afastavam ou que eram contra ela, deveriam ser excluídos do currículo ou demonstrados como sendo “errados” e sem nenhuma importância. “Sem muito critério não leia nem cite na aula os intérpretes de Aristóteles infensos ao Cristianismo; e procure que os alunos não lhes cobrem afeição” (Regra 3, seção ‘Regras do Professor de Filosofia’, s.d., p.21). Presava-se os conteúdos da doutrina cristã: “De Santo Tomás, pelo contrário, fale sempre com respeito; seguindo-o de boa vontade todas as vezes que possível, dele divergindo, com pesar e reverência, quando não for plausível a sua opinião” (Regra 6, seção ‘Regras do Professor de Filosofia’, s.d., p.21).

Os exercícios escolares possuíam uma grande importância no *Ratio*: os alunos deveriam estar sempre presentes e os professores deveriam acompanhar esses exercícios para

observarem o desenvolvimento da aprendizagem dos seus alunos em relação a estes.

As normas para prova escrita no *Ratio* (s.d.) são bem objetivas: os alunos só poderiam faltar por motivos graves; havia um tempo para realização das provas e conversas não eram permitidas; a preparação era primordial; cada classe teria uma prova adaptável ao seu nível; não poderiam haver provas semelhantes; ao sair, os alunos teriam que deixar tudo com o prefeito ou responsável; depois da entrega, não seriam permitidas modificações; o nome deveria ser colocado; deveriam prestar atenção ao tempo de realização da prova e, por fim, o exame oral seria feito a partir de um interrogatório sobre os livros utilizados durante o ano.

Conclusões

A partir de uma análise superficial do documento, percebe-se que os aspectos pedagógicos da educação Jesuíta influenciaram diretamente a estrutura educativa que temos nos dias atuais. Alguns desses aspectos são tratados praticamente da mesma forma, porém, adaptados à “modernidade” educacional em que estamos inseridos. A forma de selecionar professores, a postura exigida dos alunos, a hierarquia e o sistema de avaliação permaneceram praticamente idênticos aos daquela época.

Portanto, o estudo do *Ratio* evidencia a importância de buscar constantemente mais informações sobre todo o processo educacional brasileiro desde a época de colonização, para que se possa fazer uma reflexão crítica das mudanças ocorridas no decorrer do tempo e dos aspectos que persistem até o tempo presente. Assim, faríamos uma análise da educação vigente, levando em consideração toda a herança herdada e o porquê desta tornar-se o que se tornou.

Referências Bibliográficas

FRANCA, Leonel S.J. Introdução. In: _____. **O método pedagógico dos jesuítas – O “Ratio Studiorum”**. Rio de Janeiro: AGIR, 1952. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_histedu/brcol012.htm> Acesso em: 27 mar. 2015.

HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil. **O método pedagógico dos jesuítas o "Ratio Studiorum":** Organização e Plano de Estudos da Companhia de Jesus. Digitação elaborada por Luciana Aparecida da Silva. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/1_Jesuitico/ratio%20studiorum.htm> . Acesso em: 27 jul. 2017.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção memória da educação). ISBN 978-85-7496-200-9.